



Agrupamento de Escolas
Infante D. Henrique

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - Objeto

O presente regimento estabelece as normas de organização e funcionamento do conselho geral do agrupamento de escolas Infante D. Henrique, Repeses, Viseu, de acordo com o decreto-lei nº 75/2008, de 22 de abril, republicado pelo decreto-lei nº 137/2012, de 2 de julho.

Artigo 2º - Definição

O conselho geral é o órgão de direção estratégica responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade do agrupamento, assegurando a participação e representação da comunidade educativa.

Artigo 3º - Composição

1. A composição do conselho geral obedece ao preceituado no artigo 12º do decreto-lei nº 75/2008, de 22 de abril, republicado pelo artigo 12º do decreto-lei 137/2012, de 2 de julho, e está em conformidade com o artigo 6º do regulamento interno do agrupamento de escolas Infante D. Henrique, Repeses, Viseu.
2. O conselho geral é constituído por 21 membros, assim repartidos:
 - a) oito representantes do pessoal docente;
 - b) dois representantes do pessoal não docente;
 - c) cinco representantes dos pais e encarregados de educação;
 - d) três representantes da autarquia;
 - e) três representantes da comunidade local.
3. O diretor do agrupamento participa nas reuniões do conselho geral, sem direito a voto.
4. Os presidentes das associações de estudantes podem participar, sem direito a voto, nas reuniões do conselho geral, a convite do seu presidente.

Artigo 4º - Designação dos representantes

A designação dos representantes rege-se pelo disposto no artigo 14º do decreto-lei nº 137/2012:

- os representantes do pessoal docente são eleitos por todos os docentes e formadores em exercício de funções no agrupamento;
- os representantes do pessoal não docente são eleitos pelo respetivo corpo, nos termos definidos no regulamento interno;
- os representantes dos pais e encarregados de educação são eleitos em assembleia geral de pais e encarregados de educação do agrupamento, sob proposta das respetivas organizações representativas;
- os representantes do município são designados pela câmara municipal, podendo esta delegar tal competência nas juntas de freguesia;
- os representantes da comunidade local, quando se trate de individualidades ou representantes de atividades de carácter económico, social, cultural e científico, são cooptados pelos demais membros nos termos do regulamento interno;
- os representantes da comunidade local, quando se trate de representantes de instituições ou organizações, são indicados pelas mesmas nos termos do regulamento interno.

Artigo 5º - Competências

1. As competências do conselho geral são as constantes do artigo 13º do decreto-lei nº 75/2008 e na redação dada pelo decreto-lei nº 137/2012, de 2 de julho, que estabelece o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.
2. Compete, pois, ao conselho geral:
 - a) eleger, de entre os seus membros, o respetivo presidente;
 - b) eleger o diretor nos termos dos artigos 21.º a 23.º do decreto-lei 137/2012;
 - c) aprovar o projeto educativo e acompanhar e avaliar a sua execução;
 - d) aprovar o regulamento interno do agrupamento;
 - e) aprovar os planos anual e plurianual de atividades;
 - f) apreciar os relatórios periódicos e aprovar o relatório final de execução do plano anual de atividades;
 - g) aprovar as propostas de contratos de autonomia;
 - h) definir as linhas orientadoras para a elaboração do orçamento;

- i)* definir as linhas orientadoras do planeamento e execução, pelo diretor, das atividades no domínio da ação social escolar;
 - j)* aprovar o relatório de contas de gerência;
 - k)* apreciar os resultados do processo de autoavaliação;
 - l)* pronunciar-se sobre os critérios de organização dos horários;
 - m)* acompanhar a ação dos demais órgãos de administração e gestão;
 - n)* promover o relacionamento com a comunidade educativa;
 - o)* definir os critérios para a participação da escola em atividades pedagógicas, científicas, culturais e desportivas;
 - p)* dirigir recomendações aos restantes órgãos, tendo em vista o desenvolvimento do projeto educativo e o cumprimento do plano anual de atividades;
 - q)* participar, nos termos definidos em diploma próprio, no processo de avaliação do desempenho do diretor;
 - r)* decidir os recursos que lhe são dirigidos;
 - s)* aprovar o mapa de férias do diretor.
- 3.** O conselho geral pode constituir a todo o momento, no seu seio, uma comissão permanente, na qual pode delegar as competências de acompanhamento, entre as suas reuniões ordinárias, da atividade do agrupamento de escolas.
- 4.** A comissão permanente referida no número anterior constitui-se como uma fração do conselho geral, respeitada a proporcionalidade dos corpos que nele têm representação.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Artigo 6º - Eleições e mandato

- 1.** Os representantes do pessoal docente e não docente candidatam-se à eleição, em listas separadas.
- 2.** Cada uma das listas apresentadas deve identificar os candidatos a membros efetivos, em número igual ao dos respetivos representantes no conselho geral, e também os candidatos a membros suplentes, em número não superior ao dos candidatos a membros efetivos.

3. O mandato dos membros do conselho geral tem a duração de quatro anos letivos, à exceção do mandato dos representantes dos pais e encarregados de educação, cuja duração é de um ano letivo após a sua eleição em assembleia geral.
4. O mandato inicia-se imediatamente após a tomada de posse dos membros do conselho geral e cessa com o ato da tomada de posse do conselho geral subsequente.

Artigo 7º - Direitos dos membros

Constituem direitos de cada um dos membros do conselho geral:

- a) eleger e ser eleito para cargos, grupos de trabalho e comissões no âmbito do órgão;
- b) apresentar propostas, requerimentos, moções e votos de louvor;
- c) participar nas discussões e nas votações;
- d) fazer declaração de voto;
- e) fazer constar da ata o seu voto de vencido e as razões que o justificam;
- f) exercer os demais direitos que lhe sejam conferidos pela legislação em vigor.

Artigo 8º - Deveres dos membros

Constituem deveres de cada um dos membros do conselho geral:

- a) ser assíduo e comparecer com pontualidade às reuniões;
- b) desempenhar adequadamente as tarefas que lhe forem atribuídas e os cargos para que sejam designados;
- c) participar nas votações;
- d) observar a ordem e a disciplina;
- e) contribuir para a eficácia e a dignidade do órgão e para a observância do regimento e da legislação em vigor;
- f) comunicar antecipadamente ao presidente, sempre que possível, as faltas às reuniões, apresentando a respetiva justificação;
- g) apresentar as suas propostas em tempo útil.

Artigo 9º - Perda do mandato

1. Perdem o mandato os membros que:

- a) aceitem nomeação, designação ou eleição para cargo incompatível com as suas funções;
- b) incorram em pena disciplinar (pessoal docente e não docente do agrupamento);
- c) sem motivo justificado, ultrapassem o limite de três faltas consecutivas ou quatro interpoladas no decurso do mandato.

2. É da competência do plenário a decisão da perda de mandato, sob proposta do presidente.
3. A decisão da perda de mandato é notificada por escrito ao interessado.
4. O titular do mandato tem o direito de ser ouvido e de recorrer para o plenário nos cinco dias subsequentes, mantendo-se em funções até deliberação definitiva, por escrutínio secreto.
5. As vagas resultantes da cessação do mandato dos membros eleitos são preenchidas pelo primeiro candidato não eleito, segundo a respetiva ordem de precedência na lista a que pertencia o titular do mandato.

Artigo 10º - Suspensão do mandato

Após requerimento feito ao presidente, o conselho geral, em reunião plenária, pode determinar, por motivo relevante, a suspensão de um mandato.

Artigo 11º - Substituições

1. Os membros do conselho geral são substituídos no exercício do cargo se, entretanto, perderem a qualidade que determinou a respetiva eleição ou designação.
2. Em caso de vagatura ou de suspensão do mandato de um membro eleito, este é substituído pelo primeiro candidato não eleito imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista.
3. A substituição dos membros designados é feita pelas entidades respetivas.
4. O presidente dá posse aos membros chamados a preencher as vagas existentes.
5. No caso de impedimento pontual, deve ser indicado ao presidente do conselho geral, até à véspera da reunião, o elemento suplente (representantes dos pais e encarregados de educação) ou um elemento substituto (membros designados).

Artigo 12º - Composição e eleição dos elementos da mesa

1. A mesa do conselho geral é constituída pelo presidente e por um secretário.
2. A eleição do presidente é o primeiro ponto da ordem de trabalhos da primeira reunião do conselho geral realizada após a cooptação dos membros representantes da comunidade local.
3. Qualquer dos membros do conselho geral em efetividade de funções pode ser eleito presidente.
4. A eleição é feita por escrutínio secreto, sendo o presidente o membro mais votado.
5. Se na primeira eleição nenhum dos membros obtiver a maioria exigida, procede-se de imediato a um segundo sufrágio, ao qual se submetem, apenas, os dois membros mais votados na primeira eleição.

6. Após a segunda votação, mantendo-se o empate, a reunião do conselho geral é encerrada, transitando para a reunião seguinte todos os pontos da ordem de trabalhos, incluindo o da eleição do presidente.
7. O secretário é designado de entre os elementos presentes nas reuniões, de forma rotativa, seguindo a ordem por que aparecem enunciados nas alíneas *a)*, *b)* e *c)* do nº 2 do artigo 3º deste regimento.

Artigo 13º - Competências do presidente

1. Ao presidente compete:

- a) representar o conselho geral nas relações institucionais e de trabalho;
- b) convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- c) presidir às reuniões, declarar a sua abertura, suspensão e encerramento e dirigir os trabalhos;
- d) dar a conhecer aos restantes membros todas as informações consideradas necessárias ao bom funcionamento do órgão;
- e) admitir e colocar em discussão propostas, reclamações ou requerimentos apresentados, verificando-se a sua regularidade regimental;
- f) assinar os documentos expedidos pelo conselho geral;
- g) propor, se assim o entender, grupos de trabalho para acompanhamento das atividades do agrupamento;
- h) elaborar, conjuntamente com o secretário, a súmula dos assuntos tratados, que será subscrita por ambos e dada a conhecer na página web do agrupamento;
- i) assegurar o cumprimento deste regimento e das deliberações do conselho geral;
- j) exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pelo conselho geral.

2. No final do mandato, compete ao presidente:

- a) convocar e presidir, sem direito a voto e até à eleição do novo presidente, às reuniões do novo conselho geral entretanto eleito;
- b) dar posse aos novos membros do conselho geral.

Artigo 14º - Competências do secretário

Compete ao secretário:

- a) elaborar a ata de cada reunião e enviá-la ao presidente, por correio eletrónico;
- b) proceder à conferência das presenças nas reuniões e registar as votações;
- c) coadjuvar, quando necessário, o presidente no exercício das suas funções.

Artigo 15º - Responsabilidade

Os membros do conselho geral respondem perante a Administração Educativa, nos termos gerais do direito, conforme o artigo 51º do decreto-lei nº 75/2008, de 22 de abril, republicado pelo decreto-lei nº 137/2012, de 2 de julho.

CAPÍTULO III

FUNCIONAMENTO

Artigo 16º - Reuniões ordinárias e extraordinárias

1. O conselho geral reúne ordinariamente uma vez por trimestre.
2. O conselho geral pode reunir extraordinariamente sempre que convocado pelo seu presidente, por sua iniciativa, ou a requerimento de um terço dos seus membros em efetividade de funções ou por solicitação do diretor.
3. As reuniões devem ser marcadas para as dezanove horas de um dia que permita a participação de todos ou da maioria dos seus membros. Sempre que possível, procurar-se-á fixar um dia da semana para a sua realização, evitando-se as terças e quintas-feiras, já destinadas a outras reuniões que envolvem membros deste conselho geral.
4. Quaisquer alterações ao dia e hora fixados para as reuniões devem ser comunicadas a todos os membros pelo meio mais expedito, de forma a garantir o seu conhecimento oportuno.

Artigo 17º - Convocação das reuniões

1. As reuniões ordinárias são convocadas pelo presidente através de correio eletrónico, sempre que possível com a antecedência mínima de sete dias.
2. As reuniões extraordinárias podem, em caso de justificada urgência, ser convocadas com uma antecedência mínima de três dias úteis.
3. As convocatórias são afixadas na escola sede (sala de professores e sala do pessoal não docente) e em todas as escolas do agrupamento.

4. A ordem de trabalhos deve constar da respetiva convocatória, juntamente com a data, a hora e o local da reunião.
5. Os documentos ou propostas referentes às matérias constantes da ordem de trabalhos são, sempre que possível, divulgados pelo presidente juntamente com a convocatória ou até três dias antes da reunião.

Artigo 18º - Reuniões

Em cada reunião ordinária ou extraordinária só podem ser objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem de trabalhos, salvo o reconhecimento por parte de maioria simples dos membros presentes da urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos.

Artigo 19º - Quórum

1. Em primeira convocatória:
 - a) o conselho geral só pode deliberar caso esteja presente a maioria dos seus membros com direito a voto;
 - b) caso não se verifique quórum, o conselho geral aguarda quinze minutos para o início da reunião. Decorrido esse tempo e mantendo-se a ausência de quórum, o presidente, ouvidos os presentes, marca nova reunião no prazo máximo de três dias úteis seguintes, considerando-se convocados os presentes e sendo notificados os ausentes, pela via legal mais expedita;
 - c) é lavrada ata da reunião, mesmo que esta não tenha lugar.
2. Em segunda convocatória, o conselho geral pode deliberar desde que esteja presente um terço dos seus membros com direito a voto.

Artigo 20º - Duração das reuniões

As reuniões têm início à hora estabelecida na convocatória e tem a duração máxima de duas horas, podendo, no entanto, prolongar-se se a maioria dos membros não se opuser.

Artigo 21º - Verificação das presenças

As presenças dos membros do conselho geral são registadas em folha própria.

Artigo 22º - Faltas

A falta deve, sempre que possível, ser comunicada previamente ao presidente do conselho geral, devendo a sua justificação ser apresentada, por escrito, nos cinco dias úteis a contar da data da reunião a que faltaram.

Artigo 23º - Participação de elementos exteriores ao conselho geral

O conselho geral pode, no desempenho das suas competências, solicitar ou autorizar a presença de elementos exteriores a este conselho, sempre que o considere necessário ou conveniente.

Artigo 24º - Comissões

O conselho geral pode constituir comissões de trabalho sempre que achar conveniente, tal como previsto na lei, devendo estas emitir parecer ou relatório sobre as matérias em causa.

Artigo 25º - Votações / deliberações

1. As deliberações são tomadas por votação nominal, salvo as que envolvam eleição ou a apreciação do comportamento ou das qualidades de qualquer pessoa, que devem assumir a forma de escrutínio secreto; em caso de dúvida, o conselho geral delibera a forma de votação.
2. As deliberações são tomadas por maioria absoluta dos votos dos membros presentes na reunião, salvo nos casos em que, por disposição legal, se exija maioria qualificada ou maioria relativa.
3. Em caso de empate, o presidente do conselho geral possui voto de qualidade, salvo nas votações por escrutínio secreto.
4. Na situação de empate em votações por escrutínio secreto, procede-se, de imediato, a nova votação e, se o empate se mantiver, adia-se a deliberação para a reunião seguinte, a qual pode ser de carácter extraordinário tratando-se de matéria de grande urgência; se na primeira votação dessa reunião se mantiver o empate, procede-se a votação nominal.
5. Não podem estar presentes no momento da discussão nem da votação os membros que se encontrem ou se considerem impedidos nos termos da legislação em vigor.
6. Das deliberações tomadas pelo conselho geral poderá ser elaborado um resumo, como mera informação, para ser publicitado no prazo de 8 dias úteis na página web do agrupamento.

Artigo 26º - Atas

- 1.** De cada reunião é lavrada pelo secretário uma ata informatizada, com páginas devidamente numeradas e referenciadas ao total das mesmas, na qual deve figurar a data, a hora e o local da reunião, a ordem de trabalhos, os assuntos apreciados e aspetos mais relevantes da discussão, as deliberações tomadas, a forma e o resultado das votações e as declarações de voto, quando existam, e as opiniões dos membros que assim o pretendam.
- 2.** Tanto as declarações de voto como as opiniões referidas no número anterior deste artigo são apresentadas por escrito, devendo ser numeradas e assinadas pelo seu autor e pelo secretário e anexadas à ata até ao final da reunião.
- 3.** As propostas de ata são enviadas ao presidente que as disponibilizará atempadamente, via correio eletrónico, a todos os elementos do conselho geral, a fim de procederem a propostas de alterações, precisões ou correções do foro linguístico, facilitando e agilizando, assim, a sua aprovação.
- 4.** Decorrido este processo e integradas as eventuais correções e/ou sugestões, cada ata é submetida à aprovação no início da reunião seguinte; após a sua aprovação, é enviada a todos os membros a versão definitiva.
- 5.** As deliberações sobre assuntos considerados urgentes são aprovadas em minuta.
- 6.** Podem ser anexados às atas documentos produzidos no decurso das reuniões e documentos de trabalho que sejam subsidiários da compreensão/justificação das decisões tomadas.
- 7.** Depois de aprovadas, as atas são assinadas pelo presidente e pelo secretário, que deverão, igualmente, rubricar todas as suas folhas.
- 8.** Após a aprovação de cada ata, é publicado na página do agrupamento um resumo com os principais assuntos e com as decisões tomadas.
- 9.** As atas podem ser consultadas por qualquer membro da comunidade escolar, mediante requerimento dirigido ao presidente do conselho geral.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 27º - Revisões / alterações / omissões

1. O presente regimento do conselho geral deve ser revisto, ordinariamente, no início de cada mandato, podendo ser revisto, extraordinariamente, por iniciativa de qualquer membro ou por determinação deste órgão, decorrendo da necessidade de o tornar mais operacional ou da sua harmonização com alterações legislativas introduzidas ou outras.
2. A revisão prevista no número anterior tem de ser aprovada por maioria de, pelo menos, dois terços de membros do conselho geral em efetividade de funções.
3. Em tudo quanto for omissa neste regimento, aplica-se a legislação em vigor e o regulamento interno do agrupamento.

Artigo 28º - Entrada em vigor

Este regimento entra em vigor imediatamente após a sua aprovação em reunião do conselho geral e deve ser disponibilizado, em suporte informático, a cada um dos seus membros.

Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique, Repeses, Viseu
Regimento interno aprovado na reunião de 14 de março de 2018